

Aspectos Lexicais da Fala Rural em Dados Geolinguísticos Coletados na Bahia, em Sergipe e no Paraná

Vanderci de Andrade **AGUILERA**¹

Fabiane Cristina **ALTINO**²

¹ Doutorado em Letras pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp - *Campus* de Assis (1990). Professora Sênior na Universidade Estadual de Londrina - UEL. Contato: vanderci@uel.br

² Pós-doutorado na Université Paris 13 - França (2011). Professora da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Contato: fabiane.altino@uel.br

Resumo:

Este artigo tem como objetivo discutir dados geolinguísticos relativos à nomeação dos dentes caninos e molares, coletados em duas amostras: (i) a primeira, composta pelas variantes do interior da Bahia, de Sergipe e do Paraná, registradas nos atlas linguísticos desses estados, mediante a fala de informantes de procedência rural e com limitado acesso à educação formal; e (ii) a segunda, formada pelas variantes coletadas junto aos informantes, supostamente urbanos, que compõem o *corpus* do *Atlas Linguístico do Brasil* - ALiB. Pelo fato de o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI, 1963) ser monodimensional (natureza diatópica) e o *Atlas Linguístico de Sergipe* (FERREIRA *et al.*, 1987) e o *Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994) serem bidimensionais, os dados serão tratados, prioritariamente, na perspectiva da Geolinguística Tradicional, embora se possa, eventualmente, fazer referência à influência da variável sexo. No segundo momento, busca-se comparar esses dados rurais registrados nos atlas regionais com os coletados na área urbana pelo ALiB (*corpus* inédito) para verificar os acervos lexicais quanto à (des)semelhança – se são semelhantes ou se apresentam diferenças que podem ser atribuídas ao registro de tempo – quanto à distância cronológica que separa os *corpora* estudados; ou ao meio – rural ou urbano, de onde provêm os dados.

Palavras-chave:

Léxico. Atlas linguísticos. Rural. Urbano.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 25, n. 1, p. 66-81, abr. 2022

Recebido em: 21/02/2022

Aceito em: 22/05/2022

Aspectos Lexicais da Fala Rural em Dados Geolinguísticos Coletados na Bahia, em Sergipe e no Paraná

Vanderci de Andrade Aguilera; Fabiane Cristina Altino

APRESENTAÇÃO

O advento do Projeto Atlas Linguístico do Brasil em 1996 (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001) e a publicação dos seus primeiros volumes (CARDOSO *et al.*, 2014a, 2014b) despertaram sobremaneira para as pesquisas sobre o léxico do Português falado do Brasil. Passa de uma centena o número de trabalhos na área do léxico com aproveitamento dos dados do ALiB, dos quais citamos os artigos de pesquisadores da área³.

Bem antes, já no início do século XIX, aspectos lexicais do Português Brasileiro (PB), quando comparados com o Português Europeu (PE), instaram o Visconde de Pedra Branca a atender à solicitação do professor Balbi (1826), contribuindo com duas pequenas listas de palavras do PB e do PE relativamente a: (i) nomes que mudaram de significado de uma modalidade para a outra e (ii) nomes em uso no Brasil e desconhecidos em Portugal (BALBI, 1826, p. 172-174).

Contudo, seguindo princípios metodológicos comuns, foi no decorrer do século XX que proliferaram as pesquisas acadêmicas sobre léxicos regionais e os referentes a atividades laborais, como o léxico do cavalo (TRINDADE, 1980), dos trapicheiros (LEÃO, 1988), da olericultura (SOZIM, 1995), do apicultor (SOZIM, 1991), da cultura do café (CASTRO, 2000), da cachaça (LAMBACH, 2002), do pantaneiro (NOGUEIRA, 1989) e da carnaubeira (PEREIRA, 1990), entre outros.

Especificamente sobre o léxico rural, a bibliografia não nos parece tão vasta. Iniciado com *O Dialeto Caipira* (AMARAL, 1976) e seguido por Marroquim (1996) e Teixeira (1944), desenvolveram-se os estudos com Cardoso e Rollemberg (1988, 2009), Cardoso e Ferreira (2000) e Isquerdo, Teles e Zágari (2014), entre outros.

Na obra *O Dialeto Caipira*, Amaral não se reporta apenas ao vocabulário, mas faz uma incursão pelos demais níveis da linguagem: fonética, lexicologia, morfologia e sintaxe, com o objetivo de “caracterizar esse dialeto ‘caipira’, ou [...] esse aspecto da dialetação portuguesa em São Paulo” sem levar em conta “todos os paulistismos que se nos têm deparado, mas apenas aqueles que se filiam nessa velha corrente popular” (AMARAL, 1976, p. 43).

Marroquim (1996) estuda a língua popular de Alagoas e Pernambuco em seus vários aspectos: fonologia, morfologia (gênero, número, grau), lexicologia, tematologia e sintaxe. Assim também o fez Teixeira (1944), que investigou as características da linguagem de Goiás na fonética, morfologia, sintaxe e léxico, na década de 1940.

A busca de textos mais recentes que tratam da linguagem rural no PB nos levou a considerar a professora Suzana Cardoso como uma das dialetólogas que mais se dedicou aos estudos do léxico rural. A autora acredita que, por serem “depositários da conservação, mas agenciadores da inovação, os falares rurais representam, na incorporação de fatos da cultura, uma fonte a explorar”. Para Cardoso:

³ Para citar alguns: Cardoso e Rollemberg (2009), Aguilera (2005, 2009), Cardoso e Mota (2011), Altino e Yida (2015, 2016), Ramos e Bezerra (2015) e Razky, Guedes e Costa (2015), entre outros.

Mais distanciadas da força coercitiva da escola, de certo modo livres da pressão cotidiana dos meios de comunicação, as áreas rurais conseguem reter formas, usos, realizações fônicas que no processo de mudança lingüística se vêem substituídos por outros [...]. Livres da mesma ação disciplinadora do estudo sistemático, permitem-se os falares rurais inovar de forma descomprometida, mas fiel apenas e unicamente ao sistema da própria língua. (CARDOSO, 1995, p. 72).

Cardoso contribui, também, com textos para a coletânea organizada por Ferreira *et al.* (1988) que reúne 23 trabalhos das autoras (sete dos quais sobre o léxico) apresentados, inicialmente, entre os anos de 1959 e 1981, em diversos eventos científicos nacionais, e publicados, posteriormente, em anais e periódicos da área da linguagem. Trata-se de estudos de dialetologia rural baseados no *Atlas Prévio dos Falares Baianos* - APFB (ROSSI, 1963) e no *Atlas Lingüístico de Sergipe* - ALS (FERREIRA *et al.*, 1987), em dados referentes à fala de informantes cujas atividades se realizavam, majoritariamente, no campo: lavrador, vaqueiro, criador de gado e carreiro, entre outros.

Nessa coletânea (FERREIRA *et al.*, 1988), a preocupação com o léxico rural está demonstrada nos vários artigos desenvolvidos por Ferreira como autora (*rótula*), ou em coautoria com as colegas Freitas (outros nomes para os meses *junbo* e *julbo*), Mota e Rollemberg (*diferenças lexicais* em Sergipe e na Bahia).

Cardoso e Rollemberg (1988) haviam apresentado em 1969, no II Congresso da ALFAL, os resultados de uma pesquisa sobre a variante *sarolha*, como resposta à questão 24 do APFB e à questão 56 do ALS, sobre os nomes para terra úmida⁴. Quatro décadas depois, as autoras (CARDOSO; ROLLEMBERG, 2009) retomam o tema, questionando a vitalidade desse item lexical e documentando com os dados do Projeto ALiB relativos a oito capitais nordestinas e a localidades do interior da Bahia (18 pontos), Sergipe (dois pontos), Alagoas (três) e Pernambuco (quatro). Concluem que a presença de *sarolho(a)* nas localidades investigadas nesses estados revela “certa continuidade [...], mas com uma redução nos domínios espaciais da forma em questão”.

No ano de 2000, Cardoso e Ferreira publicam o *Léxico rural: glossário - comentários* no qual reuniram todas as formas cartografadas no APFB (ROSSI, 1963) e no ALS (FERREIRA *et al.*, 1987), totalizando 880 verbetes e 4106 variantes fonéticas.

Anos depois, Cardoso (2016) faz *Um passeio pelo léxico rural da Bahia*, examinando os dados do APFB (ROSSI, 1963) e discorrendo sobre as manifestações do sentimento religioso-cristão, a presença de arcaísmos e os empréstimos franceses no léxico dos falantes daquele atlas.

Até então, o foco dos estudos sobre o léxico rural voltava-se, principalmente: (i) para a descrição diatópica e/ou diastrática das variantes coletadas; (ii) para a investigação da presença ou ausência dessas variantes em obras lexicográficas mais utilizadas no Brasil; (iii) para a elaboração de léxicos ou glossários; e (iv) para a etimologia das formas registradas.

Assim, a preocupação em definir o que, na linguagem, era rural ou urbano e delimitar o espaço de cada um não fazia parte do escopo dos trabalhos dialetológicos dado que os informantes de tais pesquisas obedeciam ao perfil: homem, analfabeto, rurícola, adulto, sedentário (HARAS, ou NORMS, em inglês). Da mesma forma, as comunidades rurais eram bem marcadas por diferenças decorrentes da distância dos grandes centros e da dificuldade de acesso a eles, da baixa densidade demográfica, da ausência de saneamento básico, de energia elétrica e de tecnologia, entre outras.

A chegada de imigrantes europeus e asiáticos, a mobilidade social, a industrialização, e a demanda por bens propiciados pela ciência e pela tecnologia que os grandes centros ofereciam, mudaram o perfil da população brasileira a partir do século XX e, conseqüentemente, os conceitos de rural e urbano passam a ser discutidos sob óticas diferentes, como buscamos apresentar, sinteticamente, ao longo deste trabalho.

⁴ As autoras discutem também outros significados de *sarolha* retirados do *corpus* do ALS: *sarofa úmida* (pergunta 260) e tipos de *beiju* – principalmente redondinho molhado com coco (pergunta 269).

O RURAL E O URBANO: REALIDADES ANTAGÔNICAS OU COMPLEMENTARES?

Os conceitos de rural e urbano interessam à Dialetologia e à Geolinguística, mas também a outras áreas como a Sociologia, a Economia, a Estatística, a Geografia, a História, a Ecologia e a Agronomia, para citar algumas. Ambos os conceitos, porém, não são consensuais entre os especialistas, que ora consideram essas realidades antagônicas, ora complementares.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015)⁵, zona urbana é toda sede de município, portanto cidade e distrito (vila), sem levar em conta o tamanho da cidade ou o número de habitantes. Esse Instituto considera como características básicas de uma zona urbana as edificações contínuas, habitações, existência de meio-fio, de calçadas e de rede de iluminação, acesso a serviços de saúde e de educação, presença de saneamento ambiental, e formas de lazer, entre outras.

No outro extremo da escala, o campo ou zona rural, conforme o IBGE, é o espaço utilizado para o desenvolvimento de atividades de agricultura, pecuária, extrativismo, silvicultura, conservação ambiental e turismo rural (ecoturismo), dentre outras.

O Quadro 1 foi adaptado para este artigo do *site* educacional *Toda Matéria*⁶ (ZONA..., 2011). Nele estão sintetizadas as características básicas do rural e do urbano, em seus aspectos de formação territorial e econômicos.

Quadro 1 - Características da zona rural X zona urbana.

Rural	Urbano
Paisagem natural.	Paisagem humanizada.
Povoamento disperso com baixa densidade demográfica.	Povoamento concentrado com moderada ou alta densidade demográfica.
Setor Primário da Economia (extrativismo, agricultura e pecuária).	Setores secundário (indústria e produção de energia) e terciário (comércio e serviços) da Economia.

Fonte: Adaptado pelas autoras, de ZONA... (2011).

Essa visão dicotômica, contemplando dois polos autônomos, bem delimitados e excludentes (IBGE, 2017, p. 12), poderia ser aplicada à realidade brasileira do início do século XX, mas as mudanças contínuas na sociedade devido à industrialização e ao êxodo rural, entre outros fatores, exigiram dos especialistas uma reflexão mais profunda acerca de ambas as classificações. Dessa forma, para entender melhor a evolução desses conceitos, buscamos trabalhos baseados em informações do IBGE (ALVES, 2019; ALVES; VALE, 2013; GIRARDI, 2008) e em estudos do próprio Instituto (IBGE, 2017).

Apoiado em dados dos Censos Demográficos do IBGE e comparando os índices de 1950 e 2000, Girardi (2008) demonstra que a população urbana brasileira sofreu um aumento de 633,4% em 50 anos, isto é, de 18.782.891 habitantes para 137.755.550, significando que a taxa de urbanização de 36,1% passou a 81,2% nesse ínterim. Acrescenta o autor que “para este processo contribuiu o intenso êxodo rural e o grande crescimento vegetativo da população”⁷ (GIRARDI, 2008, p. 159). O Gráfico 1⁸ mostra a evolução populacional urbana em cada decênio e por região.

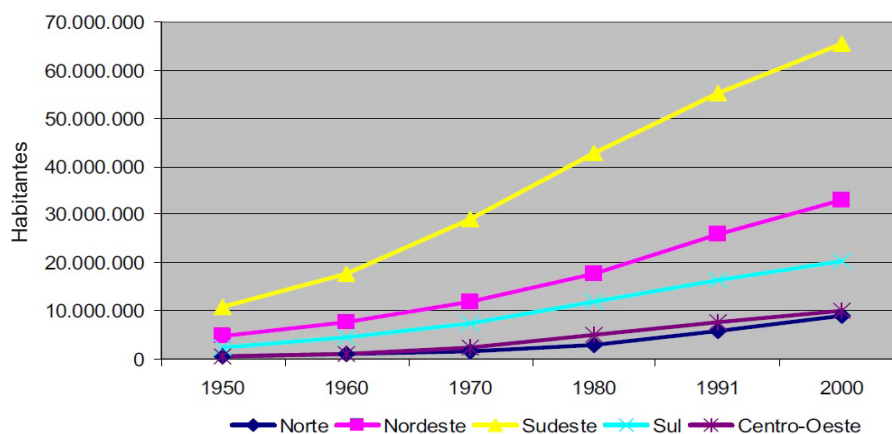
⁵ Conf.: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>

⁶ Conf.: <https://www.todamateria.com.br/zona-rural-e-zona-urbana>

⁷ Crescimento vegetativo é a diferença entre o número de nascimentos e de mortes em dado período.

⁸ Consta do original como *Gráfico 10.3 – Evolução da população urbana regional – 1950-2000* (GIRARDI, 2008, p. 160).

Gráfico 1 - Evolução da população urbana regional - 1950-2000.



Dados: IBGE - Org.: Eduardo Paulon Girardi

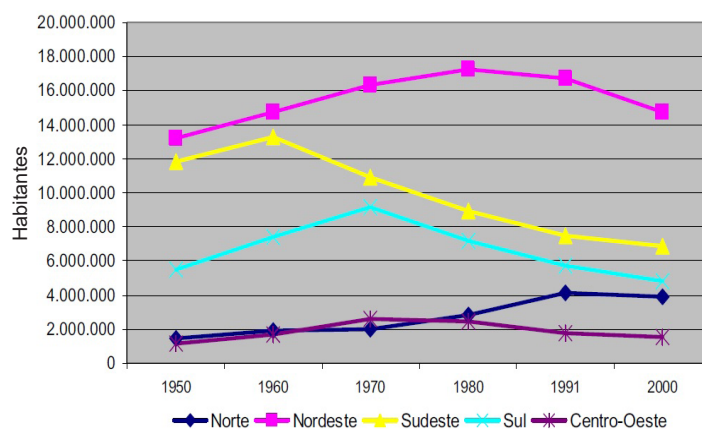
Fonte: Gráfico 5.3 (GIRARDI, 2008, p. 160).

Pelo Gráfico 1, observamos que a urbanização da Região Sudeste ocorreu de forma muito mais expressiva do que nas demais regiões e pouco significativa nas regiões Norte e Centro-Oeste em meio século de história. Por outro lado, a população rural brasileira, em 1950, era de 33.161.506 habitantes, ou seja, 63,84% da população total e, 50 anos depois, representava apenas 18,8% do total, conforme consta dos dados do IBGE, mencionados por Girardi. Nas palavras do autor:

A modernização da agricultura, o extremo parcelamento da terra no campesinato do Sul e o avanço da fronteira agropecuária no Centro-Oeste e no Norte conferiram complexidade à evolução da população rural no país. A região Sudeste foi a primeira a apresentar diminuição da população rural, o que ocorreu já na década de 1960. Também foi o Sudeste que apresentou a diminuição mais intensa da população rural, com um saldo negativo de 4.971.925 habitantes no campo entre 1950 e 2000, o que representa uma diferença de -42%. A modernização da agricultura e intensificação da industrialização do Sudeste a partir da década de 1960 explica esta dinâmica populacional (GIRARDI, 2008, p. 162).

Os dados de Girardi expressos no Gráfico 2⁹ ilustram o declínio da população rural no período de 1950 a 2000.

Gráfico 2 - Evolução população rural regional - 1950-2000.



Dados: IBGE - Org.: Eduardo Paulon Girardi

Fonte: Gráfico 5.4 (GIRARDI, 2008, p. 163).

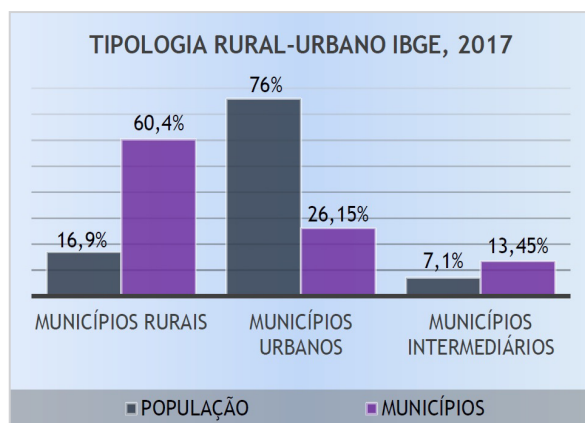
⁹ Consta do original como *Gráfico 10.4 – Evolução da população urbana regional – 1950-2000* (GIRARDI, 2008, p. 163).

O Gráfico 2 demonstra, de um lado, um declínio mais acentuado da população rural na Região Sudeste, seguida pela Região Sul e, de outro, o aumento no Norte e a estabilidade no Centro-Oeste. A Região Nordeste teve crescimento populacional na zona rural, na década de 1980, com êxodo nas décadas seguintes, com índices menos expressivos.

Estudos mais recentes do IBGE passaram a discutir que, entre as duas realidades, emerge uma outra, chamada de *intermediária*, considerando que a industrialização seria o elemento de aproximação entre a realidade do campo à realidade urbana.

Os estudiosos consultados entendem que a polarização rural X urbana, diante da realidade brasileira, não mais se sustenta. É o que demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - População oficial e Tipologia rural-urbano IBGE, 2017.



Fonte: Dados do IBGE (2017), por Alves (2020).

Alves (2020), de acordo com a estimativa, já traz uma nova proposta de classificação, não mais dicotômica de classificação dos municípios, mas tricotômica, inserindo a categoria de municípios *intermediários*. O Brasil teria naquele ano 60,4% de municípios rurais, 26,15% urbanos e 13,35% intermediários, cuja população representaria, respectivamente, 16,9%, 76% e 7,1% do total de habitantes.

Girardi (2008), em sua tese, já defendia que essa tipologia tricotômica pode ser contestada porque

O aumento da densidade demográfica nas zonas “cinzentas” – que deixaram de ser propriamente rurais e que não chegam a ser propriamente urbanas – não significa que esteja desaparecendo a contradição material e histórica entre o fenômeno urbano e o fenômeno rural. Em termos econômicos e ecológicos, aprofundam-se, em vez de diluírem-se, as diferenças entre esses dois modos de relacionamento da sociedade com a natureza (GIRARDI, 2008, p. 161).

Alves e Vale (2013) justificam essa nova proposta, observando que:

A relação campo-cidade na organização e produção do espaço deve ser norteadada por segmentos distintos de análise, sejam economicistas, culturalistas, demográficos, ambientais ou sociais. O conceito de espaço geográfico é muito rico para essas discussões e reter dicotomicamente rural e urbano não dá suporte para o entendimento dessa complexidade da melhor forma. Limitar a análise de um ponto de vista metropolitano é muito pobre para entender a realidade de lugares remotos e pouco influenciados pelas regiões metropolitanas, nesses lugares o rural determina o ritmo de vida da população rural e urbana, além de manter as questões culturais e de identidade territorial presentes independente do grau de urbanização (ALVES; VALE, 2013, p. 39).

Na tentativa de uniformizar os conceitos rural e urbano, foi apresentado, em 2009, o projeto de lei PLS 316/09, estabelecendo que os municípios fossem classificados de acordo com os critérios: tamanho da população, densidade demográfica e composição do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Caberia ao

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos novos critérios, fazer a reclassificação dos municípios e atualizar os valores referentes à população, densidade demográfica e proporção do valor adicionado da agropecuária em relação ao PIB municipal¹⁰ (BRASIL, 2009). A classificação de cada município, de acordo com o projeto, obedeceria aos seguintes requisitos, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Proposta de classificação dos municípios segundo o PLS 316/09.

Classificação	População	Agropecuária X PIB municipal	Densidade demográfica
Rural	< 50 mil	Agropecuária superior a 1/3 do PIB	< 80 hab/km ²
Relativamente rural	< 50 mil	Agropecuária superior à terça parte e 15 centésimos	< 80 hab/km ²
Pequeno porte	< 50 mil	Agropecuária inferior 0,15 do PIB	< 80 hab/km ²
Médio porte	Entre 50 e 100 mil/ ou 20 mil e 50 mil		> 80 hab/km ²
Grande porte	> 100 mil		

Fonte: Elaborado pelas autoras com os dados de BRASIL (2009).

O projeto prevê também que o território e a população dos municípios classificados como rural ou relativamente rural, inclusive da sede municipal e das sedes dos distritos desse município, sejam considerados como rurais para fins de estatísticas oficiais e políticas públicas.

Neste particular, segundo o IBGE (2017), as transformações tanto sociais quanto econômicas modificam a configuração espacial dos municípios não havendo tempo hábil para as reformulações da legislação vigente no sentido de acompanhar as novas estruturas territoriais, o processo de distribuição espacial e das atividades econômicas das populações. Outras constatações referem-se aos limites oficiais entre as zonas rural e urbana, pois muitos instrumentos, definidos de acordo com objetivos fiscais, enquadram o domicílio em uma ou outra zona desconsiderando, por vezes, as características territoriais e sociais do município e de seu entorno.

Como pudemos observar, a categorização do espaço geográfico admite outros olhares além das visões dicotômica e tricotômica, dada a complexidade do tecido social que se estabeleceu ao longo de mais de meio século.

Este breve olhar sobre as principais discussões sobre os conceitos de rural e urbano, sob o viés geopolítico, indicou que o assunto não se esgota e está longe de ser consensual entre as várias partes envolvidas: políticos, geógrafos, agricultores e agronegociantes, entre outros.

Quanto aos dados do *corpus* dos atlas estaduais – *Atlas Prévio dos Falares Baianos* - APFB, *Atlas Lingüístico de Sergipe* - ALS e *Atlas Lingüístico do Paraná* - ALPR, os próprios autores os definiram como *atlas rurais*, seguindo o método da Dialetolegia Tradicional para a escolha dos informantes: a atividade rural (produtor rural, criador de animais), o local de moradia afastado do centro da cidade e a baixa ou nenhuma frequência escolar.

Sobre o *Atlas Lingüístico do Brasil* - ALiB, embora se defina como atlas *urbano*, a maioria dos informantes mora fora do centro da cidade e possui, no máximo, oito anos de escolaridade. Dessa forma, buscamos no IBGE a classificação dos municípios que compõem a rede de pontos dos três estados em pauta: da Bahia, 13 localidades estão no grupo Urbano, duas no Intermediário Adjacente; seis no Rural Adjacente e um no Rural Remoto. Os três pontos de Sergipe são considerados urbanos. Da rede de pontos do Paraná, temos: nove no grupo Urbano, quatro no Intermediário Adjacente e quatro no Rural Adjacente.

¹⁰ Fonte: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2964018&disposition=inline>

REDE DE PONTOS DA BAHIA, DE SERGIPE E DO PARANÁ SEGUNDO O APFB, O ALS, O ALPR E O ALiB

Os atlas estaduais, anteriores ao lançamento do Projeto ALiB, não seguiram os mesmos princípios metodológicos conforme Silva Neto (1957) e Nascentes (1958) recomendaram, a saber, uma coordenação central e uma única metodologia rumo a um atlas nacional para que os dados fossem intercomparáveis. Assim é que dos três atlas aqui utilizados, dois (APFB e ALS) seguem metodologia semelhante por terem sido desenvolvidos pela mesma equipe de pesquisadores. No entanto, o APFB (ROSSI, 1963) é um atlas monodimensional, isto é, contemplou apenas a dimensão diatópica enquanto o ALS (FERREIRA *et al.*, 1987) é bidimensional, isto é, além da diatopia, preocupou-se com a dimensão diasssexual, entrevistando sistematicamente um homem e uma mulher em cada ponto da rede.

Por sua vez, o ALPR (AGUILERA, 1994), fruto de tese acadêmica, seguiu o ALS, ao inquirir um informante de cada sexo em cada ponto, mas aplicando o questionário elaborado por Pedro Caruso (1983) para o Projeto do Atlas Linguístico do Estado de São Paulo.

Podem ser observadas algumas semelhanças quanto à definição da rede de pontos, principalmente no que diz respeito à proporção número de municípios à época da coleta dos dados e o respectivo número de pontos da rede investigada. O Quadro 3 mostra os aspectos demográficos e metodológicos dos três atlas aqui estudados.

Quadro 3 - Aspectos demográficos segundo os Censos de 1960 (Bahia e Sergipe) e de 1980 (Paraná).

Atlas	Municípios/Pontos	%	População	Área/Densidade
APFB	194/50	26%	6.389.022	564.760/11 hab/km ²
ALS	61/15	25%	760.273	21.938/35 hab/km ²
ALPR	290/65	22%	7.749.752	199.315/39 hab/km ²

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do IBGE (2002, p. 14-15).

Para o APFB (ROSSI, 1963), foram definidas 50 localidades, das quais, conforme informado na *Carta VIII – População e situação administrativa das localidades em 1950 e 1960*, 30 foram classificadas como *cidade*, 15 como *vila* e cinco como *povoado*. Utilizamos os dados da Carta VIII referentes ao número de habitantes de cada uma das cidades, embora esses números correspondam à população do local do inquérito e não ao município onde cada um (vila, distrito, povoado) estava localizado.

O levantamento do total de habitantes registrado no APFB apontou: (i) três localidades com menos de 100 habitantes; (ii) 17, entre 100 e mil habitantes; (iii) 26, entre mil e cinco mil; (iv) duas, entre cinco mil e 10 mil e (v) duas com mais de 10 mil (Vitória da Conquista, com 46.876 habitantes).

No ALS (1987), o estudo foi realizado em 15 localidades, em cada uma das quais foram entrevistados sistematicamente informantes de ambos os sexos, com idade entre 35 e 52 anos, com grau de instrução mínimo ou nulo, a maioria trabalhadores do campo. Todos os pontos investigados possuem menos de 20 mil habitantes: três localidades tinham entre 15 e 20 mil, duas entre cinco e 10 mil, seis entre um e três mil, e cinco com menos de mil habitantes. Quanto à economia, 12 concentram suas atividades na agropecuária, uma na pesca, uma na extração de pedras e uma em atividade portuária de pequeno porte. Além disso, segundo Cardoso (2005), a situação administrativa das localidades em 1960 – década da recolha dos dados – é majoritariamente de cidades, excetuando-se uma categorizada como povoado.

Para o ALPR¹¹, em 1980, das 65 localidades que compõem a rede de pontos, 27 (42%) das localidades tinham menos de 25 mil habitantes; 21 (32%) tinham entre 25 e 50 mil; 10 (15%), entre 50 e 100 mil; e sete (11%) tinham mais de 100 mil habitantes, ressaltando-se que Londrina tinha mais de 500 mil habitantes e a capital, Curitiba, mais de um milhão.

A rede de pontos constituída pelo ALiB selecionou para o estado da Bahia 22 localidades; para Sergipe, três e para o Paraná, 17. Como esse atlas tem como proposta fotografar a realidade linguística urbana, a escolha das localidades assentou-se na densidade demográfica, na proporção da população urbana nas regiões do País, “com coletas de dados em ambiente citadino, tendo-se considerado núcleos urbanos as cidades sedes dos municípios” (ISQUERDO; TELES; ZÁGARI, 2014, p. 43).

Das localidades que fazem parte da rede de pontos do ALiB, o IBGE (2010) informa a densidade populacional conforme mostram os dados expostos no Quadro 4.

Quadro 4 - Número de habitantes por localidade selecionada para o ALiB.

Estado/População	< 25 mil	Entre 26 e 50 mil	Entre 51 e 100 mil	> 101 mil
Bahia	Duas (9%)	Sete (32%)	Seis (27%)	Sete (32%)
Paraná	Oito (47%)	Três (18%)	Uma (6%)	Cinco (29%)
Sergipe	-	Uma (33,3%)	Uma (33,3%)	Uma (33,3%)

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados do IBGE (2010).

Este panorama norteia os questionamentos deste artigo, ou seja, a possibilidade de comparar dados rurais registrados nos atlas regionais com os coletados na área urbana pelo ALiB (*corpus* inédito), verificando: (i) suas (des)semelhanças quando ao uso das variantes; (ii) a distância cronológica que separa os *corpora*, haja vista que as coletas de dados sofrem um lapso no tempo (décadas de 1960 para o APFB e ALS e de 1980 para o ALPR, e anos iniciais de 2000 para o ALiB) e (iii) a natureza dos estudos (os três primeiros idealizados como atlas rural e o último como urbano). Esta questão, aliás, motivadora deste estudo.

AS VÁRIAS DESIGNAÇÕES PARA OS DENTES CANINOS E MOLARES EM *CORPORA* DISTINTOS DIATÓPICA E DIACRONICAMENTE

Os dados recolhidos nas cartas lexicais dos atlas estudados foram agrupados no Quadro 5 e demonstram o panorama sinóptico encontrado. Para melhor visualização, foram relacionadas as variantes mais frequentes (= ou >5%) nos dados da Bahia, de Sergipe e do Paraná.

Quadro 5 - Demonstrativo das variantes mais frequentes e das não respostas para as questões sobre os dentes em atlas estaduais (APFB, ALS e ALPR) e em dados do ALiB nos três estados (Bahia, Sergipe e Paraná).

Atlas/tema	Variantes mais frequentes (= ou >5%)					NR
APFB/caninos	<i>presa</i>	-	-	-	-	9
ALS/caninos	<i>presa</i>	-	-	-	-	4
ALPR/caninos	<i>presa</i>	-	-	-	-	9

Continua

¹¹ A Carta V do ALPR (AGUILERA, 1994, p. 22) traz pontualmente a distribuição da população.

APFB/siso	<i>queiro</i>	-	-	-	-	3
ALS/siso	<i>queiro</i>	-	-	-	-	2
ALPR/siso	<i>siso</i>	<i>do juízo</i>	<i>de leite</i>	<i>queiro</i>	-	14
ALPR/molares	<i>queixal</i>	<i>chato</i>	<i>pilão</i>	<i>do fundo</i>	-	19
ALiB-BA/caninos	<i>presa</i>	<i>caninos</i>	-	-	-	15
ALiB-SE/caninos	<i>presa</i>	<i>caninos</i>	<i>grande</i>	-	-	-
ALiB-PR/caninos	<i>presa</i>	<i>caninos</i>	-	-	-	3
ALiB-BA/siso	<i>queiro</i>	-	-	-	-	13
ALiB-SE/siso	<i>queiro</i>	<i>queixal</i>	-	-	-	2
ALiB-PR/siso	<i>siso</i>	<i>do juízo</i>	-	-	-	11
ALiB-BA/molares	<i>queixal</i>	<i>queiro</i>	<i>molar</i>	-	-	49
ALiB-SE/molares	<i>queixal</i>	-	-	-	-	3
ALiB-PR/molares	<i>molar</i>	<i>chato</i>	<i>do fundo</i>	<i>queixal</i>	-	34

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados dos referidos atlas e as informações inéditas do ALiB.

Antes de nos determos sobre o registro das variantes, cumpre ressaltar o expressivo número de não respostas (NR) registrado tanto nos *corpora* dos atlas regionais, quanto no *corpus* do *Atlas Linguístico do Brasil* - ALiB, o que pode denunciar a pouca familiaridade dos informantes para designar os referentes estudados.

De maneira geral, os informantes dos atlas estaduais e do nacional utilizam-se de nomes para os dentes tendo como foco sua função e localização. *Queixal*, presente na língua desde 1720, refere-se, segundo Antônio de Moraes Silva (1878, p. 536), ao “dente do queixo, o que não é incisivo, nem canino; molar, maxilar, que pisa e tritura o comer”. *Presa*, registrada desde 1789, segundo Houaiss (2001), referindo-se aos dentes caninos para humanos, assim como para os mamíferos em geral que usam as presas ou incisivos modificados para a caça. *Queiro*, com registro no século seguinte, 1831, usado para denominar os terceiros dentes molares que nascem entre os 17 e 21 anos. Esta forma está dicionarizada em Houaiss (2001) como brasileiro e regionalismo nordestino. As variantes *chato*, *grande*, *pilão* e *do fundo* referem-se à forma, à função e à localização desses dentes. As variantes *siso* e *juízo* estão intimamente ligadas ao sentido do termo e seu surgimento no início da vida adulta. Por fim, a variante *canino*, introduzida supostamente pela escolarização, emprega o termo da anatomia geral para designar o dente pontudo e perfurante que permite rasgar os alimentos.

Dados os conceitos das variantes obtidas nos atlas em tela, analisamos os nomes obtidos para designar os terceiros molares que surgem entre a juventude e a vida adulta.

Sob o título *dentes do siso*, em todos os pontos da carta 56 do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* - APFB e nos da carta 55 do *Atlas Linguístico de Sergipe* - ALS, ocorreu apenas uma variante lexical – *queiro/dente queiro* – registrada em todos os pontos, sempre com a monotongação de *ei>e*.

No *Atlas Linguístico do Paraná* - ALPR, carta 66 – *dentes do siso*, foram computadas, além de 14 não respostas (10,3%), cinco variantes distribuídas pelo total de 122 respostas válidas, das quais a variante mais

frequente foi *siso* (49,3%), seguida de *juízo/dente do juízo* (30,9%), *dente de leite* (5,1%) *dente quero* (2,9%) e *curnio* (de colmilho¹²) (1,5%).

Quanto ao segundo *corpus* (dados inéditos do ALiB), para a Questão 98 (terceiros molares ou siso), nos 22 pontos da Bahia, registramos o predomínio de *queiro/dente queiro* (77,3%) e com baixa frequência *queixal* (4,5%), *presa* (2,3%), *dente de coelho* (1,1%) e 14,8% de não respostas. Em Sergipe-ALiB, *dente queiro* foi majoritária em 75% dos registros, com apenas uma ocorrência de *queixal* (8,3%) e 16,7% de não respostas. Nos dados do Paraná-ALiB, duas variantes se sobressaíram: *siso/dente do siso* (43,8%) e *juízo/dente do juízo* (38,4%), além de duas ocorrências únicas de *queixal* e *molecular*, ambas com 1,4% do total. O índice de não respostas representa 15% do total dos dados.

Os dados coletados nas amostras para os atlas regionais, com critérios de seleção de informantes rurais, e os registrados nas entrevistas do ALiB, considerando seu caráter urbano, mostram a semelhança nas nomeações feitas em meados do século passado e o início deste. A estabilidade dos registros pode significar a transferência da população do meio rural para o urbano sem o abandono da linguagem herdada no meio familiar.

Relativamente aos dentes que permitem rasgar o alimento, verificamos nas cartas apresentadas sob o título *dentes caninos*, em todos os pontos da Carta 57 do APFB e nos da Carta 56 do ALS, a ocorrência de apenas uma variante lexical – *presa*. Nas Notas do APFB, consta que o informante de Contas (33A) acrescentou a forma *mórão* e a de Glória (37A) argumentou: *presa, mas o caboclo chama serra*. No ALPR II (ALTINO, 2007), a Carta 246 traz a forma predominante *presa* (88,8%) e registros menos frequentes: *dente da frente* (2,3%), *canino* (1,5%) e *dente da vista* (0,7%). Os que não souberam responder representam 6,7% do total.

Para a Questão 97 (dentes caninos/presas), nos dados inéditos do ALiB referentes aos 22 pontos da Bahia-ALiB, esperava-se o total de 88 respostas, referentes a 84 coletadas nas não capitais e quatro na capital Salvador. Os dados mostraram 90 registros, significando que dois informantes elicitaram mais de uma resposta. Desse total, consideramos 62,2% de *presa*, 13,3% de *canino*, 7,8% outras (*dente de vampiro*, *queiro*, *queixal*, *quebrador de ossos*) e 16,7% de não respostas. Em Sergipe-ALiB, nos três pontos, obtivemos 13 registros dos quais 85,8% para *presa*, 7,1% para *canino* e 7,1% para *dentão/dente grande*. No Paraná-ALiB, nas respostas dos 68 informantes distribuídos pelos 17 pontos temos duas variantes mais frequentes: *presa* (76,7%) e *canino* (16,4%), além de duas ocorrências únicas de *dente da frente* e *dente de vampiro*, ambas com 1,4% do total. Três informantes não souberam responder (4,1%).

A inserção da lexia *canino*, em coocorrência com *presa*, permite concluir a introdução de um termo usado nos bancos escolares e que passa a fazer parte do cotidiano da população. Essa inserção pode sinalizar para um ambiente mais urbano em relação às variantes apresentadas na questão anterior, mas não nos permite demonstrar um rompimento com o léxico recolhido nos atlas denominados rurais.

Finalmente, atentamos para os registros relativos aos *dentes que permitem esmagar o alimento* em ambas as amostras. O ALPR é o único dos três atlas estudados que apresenta os registros para os primeiros e segundos dentes molares. Na Carta 67 constam quatro formas – *queixal* (38,3%), *chato* (32,8%), *pilão* (5,3%) e *do fundo* (4,6%), com predomínio de *queixal* e suas variantes menos frequentes: *dente do queixo* e *queixado*. Outras formas com apenas um registro cada: *dente traseiro*, *dente quero*, *moela* e *dente de faca*. Esta questão suscitou a porcentagem maior (14,5%) de informantes que não souberam responder.

Os dados do ALiB ainda não foram mapeados, mas verificamos que 54,4% dos informantes do ALiB-Bahia não souberam responder à Questão 99 (molares). Dentre as respostas válidas, obtivemos: *dente do queixal/queixal* (21,2%), *dente queiro/queiro* (7,8%) e *molar* (7,8%); as menos frequentes (*presa*, *chato*, *canino*, *ocado*, *dente de trás*) somam 8,8%. Em Sergipe, também foi bastante alto o índice de não respostas (75%) e apenas 25% de *queixal*. Da mesma forma, no Paraná-ALiB, o índice de não respostas foi bastante significativo (49,3%). Dentre as respostas válidas: registramos *molar* (14,5%), *chato* (10,1%), *dente do fundo* (7,3%), *queixal* (5,8%),

¹² Conf.: Houaiss (2001) do espanhol *colmillo* no sentido de ‘dente canino’.

dente grande (2,9%), e outras com apenas um registro cada: *colmilho*, *siso*, *mastigador*, *macelar*, *molecular*, *permanente* e *mandibular*, totalizando 10,1%.

Via de regra, para esta questão em particular, parece ser mais evidente a polissemia utilizada pelos informantes na tentativa de nomear os dentes que ficam na parte posterior da mandíbula, cuja função é mais clara que a nomenclatura oficial. Desta forma, *chato*, *traveseiro* e *grande* relacionam-se à forma dos dentes molares; *pilão*, *moela*¹³, *de faca* e *mastigador*, fazem alusão à função dos dentes; e *queixal*, *queiro*, *de trás*, *do fundo*, *macelar*, *molecular* e *mandibular*, referindo-se à localização. É importante sinalizar que estamos considerando *macelar* e *molecular* como formas relacionadas à lexia *maxilar*.

A inserção da lexia *molar*, mesmo que tenha sido registrada apenas no ALPR e nos dados recolhidos no Paraná pelo ALiB, para fins de comparação, nos leva aos mesmos preceitos já postos na questão anterior, quando tratamos das denominações para os terceiros molares. Em ambos os casos, o ambiente mais urbano do atlas nacional não parece indicar uma ruptura abrupta com o léxico rural coletado nos atlas estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de uma conclusão, os dados cotejados subsidiam as reflexões neste artigo que poderão ser acrescentadas com outros estudos. A comparação dos dados rurais registrados nos atlas estaduais com os coletados na área urbana pelo ALiB (*corpus* inédito) permite a constatação de que há semelhança quanto ao uso das variantes. Como exemplo, podemos citar que os nomes atribuídos aos terceiros molares sofreram pouca alteração dado que a prevalência de *queiro*, na Bahia e Sergipe, permanece e a concorrência entre *dente do siso* e *dente do juízo* no Paraná parece estável, com ligeira elevação dos índices deste último.

Se nos basearmos nos gráficos 1 e 2, elaborados por Girardi (2008), podemos atribuir a recente inserção da variante *caninos* nos dados do ALiB à vertiginosa urbanização que se operou a partir dos anos 1980 até 2000. Essa forma, ausente nos três atlas estaduais, está representada nos dados do ALiB, nos três estados analisados, com índices de 16% (PR), 13% (BA) e 7% (SE).

A distância cronológica que separa os *corpora*, coletados nas décadas de 1960 para o APFB e ALS e de 1980 para o ALPR e nos anos iniciais do século atual para o ALiB, não se mostrou favorável à adoção/alteração na nomenclatura, mesmo com a escolaridade exigida no perfil de informante do Projeto ALiB. Os dados são coincidentes tanto para os entrevistados com baixa ou nenhuma escolaridade dos atlas regionais, quanto para os com escolaridade que, conforme Mota (2014, p. 91), para adequação ao panorama educacional do País

[...] estendeu-se o grau mais baixo de escolarização até o curso fundamental, que abrange as oito séries (nove, atualmente) com preferência para aqueles que não o houvessem completado e, em casos especiais, admitiu-se até o segundo grau incompleto (até 11 anos de escolaridade) (MOTA, 2014, p. 91).

As variantes para os molares (1º e 2º) só foram registradas no ALPR, ausente, pois, no APFB e ALS. Quanto aos dados do ALiB, o que mais se destaca nos três estados é a ausência de respostas: 75% em Sergipe, 54,4% na Bahia e 49,3% no Paraná. Com baixa frequência, destacam-se: *queixal*, com 25% e 21,2%, em Sergipe e Bahia, respectivamente; *molar* (14,5%) e *chato* (10,1%), no Paraná.

A natureza dos estudos em que os três primeiros atlas foram idealizados e executados, como atlas rurais, e o ALiB, como urbano, não alterou os resultados. Os dados de ambas as amostras trazidos para a reflexão da polarização rural X urbano parecem demonstrar que não existem fronteiras nítidas que separem o rural do urbano, ao menos no que tange à denominação dos dentes. A distribuição espacial dos dados inclina-se para o contínuo do rural em áreas oficializadas como urbanas.

¹³ Consta de Ferreira (2004): *moela*. [de *moer*]. S. f. Estômago moedor das aves, dos insetos e dalguns moluscos que tritura os alimentos ingeridos.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná - ALPR*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Léxico regional, léxico rural ou vocabulário de curiosidade? *In: ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago; COX, Maria Inês Pagliarini (org.). Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005. p. 115-136.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Um caminho para a história do português brasileiro: cruzando os brinquedos infantis com a história social. *In: GÄRTNER, Eberhard; SCHÖNBERGER, Axel (org.). Estudos sobre o português brasileiro*. Frankfurt: Valentia, 2009. p. 133-152.
- ALTINO, Fabiane Cristina. *Atlas lingüístico do Paraná - II*. 2007. 380 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.
- ALTINO, Fabiane Cristina; YIDA, Vanessa. Curau/canjica: o que contam os dados das capitais. *In: MOTA, Jacyra Andrade; RIBEIRO, Silvana Soares Costa; PAIM, Marcela Moura Torres (org.). Documentos 5: projeto atlas linguístico do Brasil, avaliações e perspectivas*. Salvador: Quarteto, 2015. p. 201-217.
- ALTINO, Fabiane Cristina; YIDA, Vanessa. O milho na culinária nacional: o que dizem os dados do ALiB. *In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; DOIRON, Maranúbia Pereira Barbosa (org.). Estudos geossociolinguísticos brasileiros e europeus: uma homenagem a Michel Contini*. Cascavel, PR: EDUNIOESTE; Londrina, PR: EDUEL, 2016. p. 189-207.
- ALVES, Flamarion Dutra. Ruralidade e as cidades pequenas no Sul de Minas Gerais. *In: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro de. Análises geográficas sobre o território brasileiro dilemas estruturais à COVID-19*. Alfenas, MG: Editora da Universidade Federal de Alfenas, 2020.
- ALVES, Flamarion Dutra. Temas e pressupostos metodológicos da ruralidade em geografia rural. *In: MARAFON, Glaucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (org.). Temas em geografia rural*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019. p. 185-203.
- ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, p. 33-41, 2013. Edição especial.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- BALBI, Adrien. *Introduction a l'atlas ethnographique du globe*. Paris: Chez Rey et Gravier Libraires, 1826.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Projeto de Lei do Senado n. 316, de 2009*. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2009. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2964018&disposition=inline>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva; MOTA, Jacyra Andrade; AGUILERA, Vanderci de Andrade; ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; ISQUERDO, Aparecida Negri; RAZKY, Abdelhak; MARGOTTI, Felício Wessling; ALTENHOFEN, Cléo Vílson. *Atlas linguístico do Brasil: introdução*. Londrina: EDUEL, 2014a. v. 1.

- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva; MOTA, Jacyra Andrade; AGUILERA, Vanderci de Andrade; ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; ISQUERDO, Aparecida Negri; RAZKY, Abdelhak; MARGOTTI, Felício Wessling. *Atlas linguístico do Brasil: cartas linguísticas I*. Londrina: EDUEL, 2014b. v. 2.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas linguístico de Sergipe - II*. Salvador: Edufba, 2005. 2 v.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Língua e cultura: sobre empréstimos documentados nos falares rurais. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 71-77.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Um passeio pelo léxico rural da Bahia. In: COSTA, Daniel de Souza Silva; BENÇAL, Dayme Rosane (org.). *Nos caminhos do léxico*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2016. p. 215-230.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; FERREIRA, Carlota da Silveira. *O léxico rural*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade. Variantes lexicais e estratificação social no português brasileiro: uma visão com base nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. In: SILVA, Augusto; TORRES, Amadeu; GONÇALVES, Miguel (org.). *Línguas pluricêntricas: variação e dimensões sociocognitivas*. Braga: Aletheia, 2011. p. 327-337.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; ROLLEMBERG, Vera. A vitalidade de *sarolha* nos falares baianos. In: FERREIRA, Carlota da Silveira; MOTA, Jacyra Andrade; SILVA, Myrian; ANDRADE, Nadja; MATOS E SILVA, Rosa Virgínia; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; ROLLEMBERG, Vera; FREITAS, Judith. *Diversidade do português do Brasil: estudos de dialectologia rural e outros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988. p. 43-51.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; ROLLEMBERG, Vera. E a (nossa) terra continua sarolha? In: RIBEIRO, Silvana Soares Costa; BORBA COSTA, Sônia; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa. Homenagem a Jacyra Andrade Mota pela contribuição aos estudos dialetais*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 263-281.
- CARUSO, Pedro. *Atlas linguístico do Estado de São Paulo: questionário*. Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia/UNESP: Prefeitura Municipal de Assis, 1983.
- CASTRO, Cynthia Delmônaco de. *O vocabulário da cultura do café*. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Projeto do atlas linguístico do Brasil: questionários*. Londrina: EDUEL, 2001.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- FERREIRA, Carlota da Silveira; MOTA, Jacyra Andrade; FREITAS, Judith Mendes de Aguiar; ANDRADE, Nadja Maria Cruz de; ROLLEMBERG, Vera Lúcia Sampaio; ROSSI, Nelson. *Atlas Linguístico de Sergipe - ALS*. Salvador: UFBA; Aracaju: FUNDESC, 1987.

- FERREIRA, Carlota da Silveira; MOTA, Jacyra Andrade; SILVA, Myrian; ANDRADE, Nadja; MATOS E SILVA, ROSA Virgínia; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; ROLLEMBERG, Vera; FREITAS, Judith. *Diversidade do Português do Brasil* - estudos de dialectologia rural e outros. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira*. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2008.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 3 fev. 2022.
- IBGE. *Classificação dos municípios por tipologia rural-urbana (IBGE)*. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/esus/classificacao_municipios_tipologia_rural.pdf. Acesso em: 3 fev. 2022.
- IBGE. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- IBGE. Conheça o Brasil – população. *População rural e urbana*. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Acesso em: 3 fev. 2022.
- IBGE. Departamento de População e Indicadores Sociais. *Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- ISQUERDO, Aparecida Negri; TELES, Ana Regina Torres Ferreira; ZÁGARI, Mário Roberto. A rede de pontos. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva (org.). *Atlas linguístico do Brasil: introdução*. Londrina: EDUEL, 2014. v. 1 p. 37-79.
- LAMBACH, Jane Bernadete. *O léxico da cachaça em Morretes: resgate e memória*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002.
- LEÃO, Rejane Maria Szkudlarek. *A linguagem dos trapicheiros*. 1988. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 1988.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do nordeste: Alagoas e Pernambuco*. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.
- MOTA, Jacyra Andrade. Percursos metodológicos: questionários e informantes. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.). *Atlas linguístico do Brasil: introdução*. Londrina: EDUEL, 2014a. v. 1, p. 79-95.
- NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil: questionário*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1958.
- NOGUEIRA, Albana Xavier. *A linguagem do homem pantaneiro*. 1988. 1989. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, 1989.
- PEREIRA, Maria das Neves. *O léxico da carnaubeira no vale do Açu/RN*. 1990. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1990.

- RAMOS, Conceição de Maria Araújo; BEZERRA, José de Ribamar Mendes. Elementos da fauna e dos jogos e brincadeiras infantis no português falado no Maranhão: estudo lexical com base no *corpus* do ALiB. In: MOTA, Jacyra Andrade; RIBEIRO, Silvana Soares Costa; PAIM, Marcela Moura Torres (org.). *Documentos 5: projeto atlas linguístico do Brasil, avaliações e perspectivas*. Salvador: Quarteto, 2015. p. 255-271.
- RAZKY, Abdelhak; GUEDES, Regis; COSTA, Eliane Oliveira. Variação dos itens lexicais *aguardente* e *bodega*. In: MOTA, Jacyra Andrade; RIBEIRO, Silvana Soares Costa; PAIM, Marcela Moura Torres (org.) *Documentos 5: projeto atlas linguístico do Brasil, avaliações e perspectivas*. Salvador: Quarteto, 2015. p. 70-89.
- ROSSI, Nelson. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.
- SILVA NETO, Serafim. da. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa/ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. 7. ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves-Editor, 1878. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.asp>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- SOZIM, Miriam Martins. *A linguagem do apicultor nas regiões de Ponta Grossa e Prudentópolis: aspectos lexicais e fonéticos*. 1991. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 1991.
- SOZIM, Miriam Martins. *A linguagem do oleiro: uma abordagem lexical e fonética nas regiões de Pirai do Sul, Castro, Ponta Grossa, Imbituva e Prudentópolis*. 1995. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 1995. 2 v.
- TEIXEIRA, José. Aparecido. *Estudos de dialectologia portuguesa: linguagem de Goiás*. São Paulo: Ed. Anchieta, 1944.
- TRINDADE, Aldema Menine. O léxico do cavalo. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, RS, ano 13, n. 41, p. 7-39, set. 1980.
- ZONA rural e zona urbana. *Toda Matéria: conteúdos escolares*, Matosinhos, 2011. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/zona-rural-e-zona-urbana/>. Acesso em: 3 fev. 2022.